

	Ap. Medicina e cirurg. 10%	Eqptos de informática 10%	Maqs e Equipamentos 10%	Mov. e Utensílios 10%	Mov. e Utensílios Hospitalares 10%	Total 10%
Saldo inicial em 1º março de 2018	-	-	-	-	-	-
Adições	142.700	1.549.947	961.701	134.509	132.519	2.921.376
Depreciação	(3.618)	(33.172)	(23.124)	(5.087)	(1.385)	(66.386)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	139.082	1.516.775	938.577	129.422	131.134	2.854.990
6. Fornecedores		2018				
Materiais e medicamentos		599.609				
Serviços		246.137				
Serviços médicos		252.022				
7. Obrigações Trabalhistas		2018				
Obrigações trabalhistas		206.975				
Provisão férias		142.364				
Provisões FGTS s/férias		11.388				
Total		360.727				
8. Partes Relacionadas: O saldo a pagar, em 2018, de R\$ 66.875, refere-se contas a pagar de serviços laboratoriais para hospitais relacionados sob a mesma gestão, bem como aos serviços da gestão. 9. Receitas Diferidas: O Hospital recebeu, em 2018, o total de R\$ 3.400.000 a título de verba para investimento, utilizado no exercício de 2018 o montante de R\$ 2.921.376. O saldo demonstrado no grupo de receita diferida em 31/12/2018, refere-se à entrada do imobilizado com o contrato de gestão no hospital, contabilizando a depreciação mensal dos bens na conta receita diferida no passivo conforme abaixo:						
Imobilizado – contrato de gestão		2.921.376				
Total investido em ativo		2.921.376				
Depreciação acumulada		(66.386)				
Total imobilizado		2.854.990				
(+) Saldo para investimento		478.624				
Receita diferida		3.333.614				
10. Patrimônio Líquido: O Patrimônio Social é acrescido de excedentes de receitas sobre despesas (superávit) ou deduzidos por insuficiências (déficit).						
11. Receitas Operacionais		Período de 01/03/ a 31/12/2018				
Receitas faturadas		5.100.450				
Expectativa contratual de receitas		5.873.530				
		10.973.980				
(-) Glosa por implantação		(5.873.530)				
		5.100.450				
Em 2018, a Entidade apresentou na rubrica de receitas por expectativa contratual o montante relativo aos repasses do contrato gestão esperados para o exercício, assim como a correspondente baixa no montante de R\$ 5.873.530, relativa a glosa de recebimentos por processo de implantação operacional.						
12. Despesas Gerais e Administrativas		Período de 01/03/ a 31/12/2018				
Serviços de gestão		(438.140)				
Viagens e hospedagens		(82.778)				
Manutenção e conservação		(7.754)				
Outros		(64.466)				
		(593.138)				
13. Renúncia Fiscal: A Entidade aplica integralmente no País os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém escrituração regular de suas receitas e despesas, está imune do imposto de renda, da						
Júlio César de Aguiar Garcia - Diretor Executivo - CPF: 098.430.598-08						

Relatório do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Contábeis						
A Diretoria do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH – Hospital Geral de Ipixuna do Pará – Ipixuna do Pará-PA. Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH / Hospital Geral de Ipixuna do Pará, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do superávit, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o período de 10 meses, findo nessa data, assim como das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH / Hospital Geral de Ipixuna do Pará em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 10 meses findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. • Provisão ou baixa para Créditos de liquidação duvidosa: A estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa e/ou reconhecimento da perda dos recebíveis com baixa perspectiva de recebimento envolve alto nível de julgamento por parte da Administração. A determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa ou baixa de recebíveis envolve a avaliação de várias premissas e fatores internos e externos, incluindo os níveis incertezas de recebimento e renegociação com ente público. Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: Nossos procedimentos de auditoria, incluíram, entre outros: (i) Análise das políticas de cobrança, renegociação e discussão junto ao ente público; (ii) entendimento sobre os controles gerenciais em validação aos descontos promovidos pelo ente público, bem como a avaliação do cumprimento de métricas contratuais e (iii) Análise sobre a perspectiva da Administração sobre o recebimento dos valores contratuais. Concluímos pela adequação dos critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação do contas a receber realizável. Ênfases: Nossa opinião não está ressalvada em função dos seguintes assuntos: i) A Entidade mantém transações relevantes com partes relacionadas, sendo os Hospitais sob gestão comum. Tais operações poderiam trazer efeitos diferentes no balanço patrimonial e resultado da Entidade, caso fossem realizadas em condições de mercado ou com outras partes. ii) Conforme descrito na nota explicativa 2.4(c), chamamos a atenção ao fato						
de que o imobilizado utilizado nas operações da Entidade, será integralmente revertido ao poder concedente (Estado do Pará), quanto do término do contrato de gestão. Desta forma a Administração da Entidade não adota as determinações do Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC nº 27 - Ativo Imobilizado, não procedendo com a revisão da vida útil dos bens que compõem o ativo imobilizado, aplicando as taxas usuais, aceitas fiscalmente, para determinação da depreciação e amortização dos itens imobilizados e intangíveis iii) Conforme demonstrado na nota explicativa 11, a Entidade reconheceu na demonstração de resultados, em 2018, a previsão de receitas relativas a expectativa de repasses do contrato gestão. Em contrapartida, registrou a correspondente baixa no montante de R\$ 5.873.530, relativa a glosa de recebimentos, em virtude do processo de implantação operacional. Desta forma chamamos a atenção sobre efeito nulo no contas a receber e superávit do exercício. Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos						

continua